

Juros: nova discussão da tese de 83³⁶

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Nas negociações da fase II da dívida externa, em 1983, pela primeira vez o Brasil tentou negociar a capitalização dos juros, proposta rechaçada pelos banqueiros norte-americanos, os maiores credores do País. Agora o PMDB retoma essa proposta para uma negociação futura de Tancredo Neves com os banqueiros internacionais, para permitir um crescimento econômico seguro do Brasil. Em maio do ano passado, num trabalho elaborado para apresentar na Universidade de Virginia (EUA), o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, insistiu na tese da capitalização dos juros, argumentando que o sistema ortodoxo de negociação já havia resultado em suspensão temporária do pagamento dos juros por parte do Brasil. Serrano observava que a capitalização evitaria que as transferências reais de recursos para o Exterior, com o pagamento de juros em 1985, continuassem "a sacrificar demasiadamente o crescimento da renda e do emprego na economia brasileira". "Em 1983", revelava Serrano, "a transferência atingiu 21% da receita de exportação de bens e serviços — cerca de US\$ 5 bilhões —, devendo se situar ao redor de 17% em 1984, alcançando US\$ 4,6 bilhões."

NOVAS ALTERNATIVAS

No trabalho de 20 laudas, o diretor da Área Externa do BC reservou as três últimas para relatar a experiência brasileira na renegociação da dívida. Na fase I, referente aos débitos a vencer em 1983, Serrano confessou que "não houve tempo nem oportunidade para colocação e discussão de teses mais amplas e profundas. Entretanto, segundo Serrano, a experiência colhida levou o Brasil, logo no início da fase II, a "explorar novas alternativas, dentre elas a capitalização dos juros em substituição ao penoso processo de captação de **new money**, no mercado, com as seguintes vantagens: A) custo menor para o País em termos de despesas administrativas e operacionais das syndicações (telex, telefonemas, viagens); B) menor desgaste nas negociações; C) **fair share** automático; D) melhor distribuição dos desembolsos, coincidentes com as datas dos próprios pagamentos de juros, evitando variações no fluxo de caixa e propiciando maior segurança e estabilidade no relacionamento econômico-financeiro do País com o Exterior".

O diretor da Área Externa do BC, em seu trabalho, argumentava que o mecanismo de novos empréstimos com desembolsos em grandes parcelas a intervalos trimestrais não representa solução para o Brasil: "O País não teve outra alternativa senão centralizar o mercado de câmbio doméstico e priorizar seus pagamentos externos".

Finalmente, Serrano dizia que as manifestações de banqueiros credores eram, de certa forma, favoráveis à tese da capitalização. E achava, até, que o Brasil dispunha de poder de barganha para impor sua proposta. O trabalho foi submetido ao ministro Ernane Galvêas, que o devolveu com a seguinte observação: "Serrano: o trabalho está bom. Também estou de acordo com a tese da capitalização de juros, mas considero prematuro fazer o discurso de tal posição de maneira oficial (pelo BC) e ainda mais por escrito. Seria o caso de cortar esta parte final. Galvêas, 18.5.84".



Arquivo

Reagan: ilusão de equilíbrio